

A CRÍTICA DA SOCIOLOGIA RURAL “TRADICIONAL” E A BUSCA DE ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS PARA O ESPAÇO AGRÁRIO

José Marcos Froehlich*

RESUMO

Este trabalho pretende enfocar, numa panorâmica, as principais críticas efetuadas ao arcabouço conceitual da sociologia rural “tradicional”, bem como algumas das vertentes alternativas apresentadas a ela na atualidade. A sociologia rural “tradicional”, após consolidar historicamente o seu processo de institucionalização, vem sofrendo, atualmente, diversas críticas em nível teórico-metodológico. Estas críticas acusam uma “estagnação” da disciplina e pretendem apontar novas abordagens para a análise sociológica do meio rural contemporâneo.

INTRODUÇÃO

A sociologia rural consagrada em instituições de ensino superior e de pesquisas governamentais, formou ao longo de sua existência uma tradição de abordagem sociológica marcada pelo arcabouço teórico-metodológico funcionalista. Essa concepção dedicou-se a estudar o campo através de uma visão dicotômica, que antagoniza categorias como rural/urbano. Assim, seu trabalho sociológico consistia predominantemente em relacionar diferenças pretensamente fundamentais entre o campo e a cidade.

Esse enfoque vem sofrendo, ultimamente, severas críticas por parte de muitos sociólogos. A partir de uma propalada crise da sociologia rural tradicional em relação ao seu objeto de estudo, vários autores vêm se destacando na proposição de novas abordagens sociológicas para o rural. Essas vertentes trazem em suas propostas uma diversidade metodológica e uma pluralidade analítico-conceitual. Neste trabalho pretende-se registrar

* Mestre em sociologia - UFRGS; professor do DEAER/UFSM.

as principais críticas dirigidas à sociologia rural convencional e as agendas alternativas apresentadas por alguns sociólogos contemporâneos para uma nova abordagem do espaço agrário.

O OBJETO DA SOCIOLOGIA RURAL TRADICIONAL

A sociologia rural mencionada aqui é aquela que, como disciplina, originou-se e desenvolveu-se primeiramente nos Estados Unidos, difundindo-se para outros países mais tarde, após ter adquirido um certo *status* acadêmico e burocrático naquele país.

Parece consenso entre os sociólogos haver uma conexão causal entre o desenvolvimento do conhecimento sociológico e a mudança social, quando se configuram situações de crise. O momento histórico que propiciou o nascimento da sociologia rural nos Estados Unidos parece confirmar este nexos de causalidade. Segundo SIMS (1947), os conflitos pela posse das terras públicas no período pré-guerra civil e a depressão agrícola decorrente dos aumentos dos fretes ferroviários e das taxas de crédito, tiveram importante papel no processo de reconhecimento da sociedade rural e seus problemas. Aos poucos, os enfoques para os crescentes problemas no meio rural passaram a envolver proposições em termos não só econômicos, mas também tratando da vida familiar, da qualidade de vida, das instituições e da comunidade. Até os primeiros vinte anos deste século, o conhecimento sobre a sociedade rural norte-americana era fragmentado e desorganizado, constituindo-se apenas de artigos em jornais, algumas monografias e teses de doutorado. Em 1911, C. J. Galpin efetuou um estudo sobre uma pequena comunidade rural no Wisconsin, o qual se tornou um clássico e o marco do início da pesquisa sociológica rural. A partir daí, vários eventos contribuíram para o progresso e o reconhecimento da sociologia rural como

disciplina acadêmica, como a criação de uma secção rural na American Sociological Society em 1917, a lei Purnell em 1925 (autorizando o uso de fundos em pesquisas sócio-econômicas pelas estações agrícolas de parte dos recursos destinados às pesquisas agronômicas), e a fundação, em 1937, da Rural Sociological Society (cf. TOURINHO e CRUZ, 1986).

O arcabouço conceitual desenvolvido por esta sociologia rural tem por mais alta expressão a dualidade entre o campo e a cidade, concebida exemplarmente no trabalho de Sorokin, Zimmermann e Galpin em 1930 (MARTINS, 1986, p.198-224), sobre as "diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano". O legado desse enfoque foi formar uma tradição de abordagem sociológica do rural, que tendia a pensar este como uma entidade separada, autônoma e independente do setor não rural, ignorando os acontecimentos na sociedade mais geral.

A perspectiva adotada, predominantemente, foi a de se verificar como se desenvolviam duas realidades paralelas, suas convergências e divergências no tempo, considerando o rural e o urbano como sociedades díspares: "*que podiam se interinfluenciar, porém que constituíam duas 'coisas' de essência diversa, que não se misturavam*" (QUEIROZ, 1978, p.25). Concebendo que a sociologia estava interessada fundamentalmente nas diferenças genéricas no espaço e constantes no tempo, SOROKIN, ZIMERMANN e GALPIN (1930) dirigem seu estudo para a análise das: "*mais importantes diferenças constantes e genéricas e, neste sentido, típicas, entre o mundo rural e o mundo urbano*" (p.199). Tentam, assim, corresponder: "... à construção de uma **definição sociológica de cada um destes universos.**" (p.199) (grifos nossos). Segundo QUEIROZ (1978), as idéias subjacentes à esse pensamento podem ser resumidas da seguinte forma:

"1) existe uma dualidade do rural e do urbano, no sentido filosófico do termo 'dual', que exprime a existência, lado a lado, de dois termos que, embora interagindo, são absolutamente irreduzíveis um ao outro; 2) o rural é conhecido como 'atrasado' em sua evolução, em relação ao urbano, e sua influência sobre este é tida como 'sobrevivência tradicional'; 3) a penetração de elementos urbanos no campo - inovações - passa a ser imediatamente considerada como avanço benéfico para este; 4) aumentando cada vez mais a penetração, vão se perdendo as características peculiares à sociedade rural, que tende a se confundir cada vez mais com a sociedade urbana, e, portanto, a desaparecer" (p.25).

(Daqui a crise contemporânea na sociologia rural tradicional em relação a seu objeto de estudo, o que será discutido mais adiante).

A forma particular de produzir conhecimentos desta sociologia rural dicotômica, reúne como características de seu "estilo científico" os traços positivistas, indutivos, quantitativos e aplicados (NEWBY, 1982), os quais a pautaram desde a sua origem, constituindo-se, tal estilo, no definidor do campo e do objetivo central da sociologia rural. Sob este enfoque, a produção intelectual dos sociólogos rurais norte-americanos (analisada por FRIEDLAND (1982) em 774 artigos publicados na revista *Rural sociology* no período 1936-1975), constituiu-se em 52,3% do total de artigos, da soma de três assuntos-temas: comunidade, difusão/adoção de tecnologias e modernização/mudança social.

A sociologia rural institucionalizada nos Land Grant Colleges dos Estados Unidos e exportada mundo afora, não se dedica a desenvolver uma interpretação histórica e global da sociedade rural, dando muita ênfase, nas suas pesquisas, às observações descritivas e aos resultados práticos. Tal opção pelo empirismo metodológico é fruto do caráter de despreocupação teórica que caracteriza a ciência positivista, sustentáculo conceitual da sociologia rural tradicional. Alguns autores, como MARTINS (1986), afirmam que essa "despreocupação teórica", a qual possibilita à sociologia rural assumir na prática um caráter

instrumental, é gerada pelo exercício teórico de uma visão de mundo que se realiza nesta referida prática, ou seja, uma visão de mundo que legitima o conhecimento e a intervenção no rural pelo urbano.

A CRÍTICA DA ABORDAGEM DUALISTA NA SOCIOLOGIA RURAL

Apesar da difusão e institucionalização da concepção norte-americana de sociologia rural em grande parte do mundo, gradualmente foi sendo tecida uma teia de críticas à abordagem efetivada. Segundo NEWBY (1982), a partir dos anos 70, a sociologia rural institucionalizada começou a enfrentar uma desconfiança generalizada, devido a uma conjunção peculiar de problemas referentes a seu objeto de estudo, sua pertinência teórica, sua responsabilidade pública e, inclusive, sua competência para fazer investigação.

De acordo com TOURINHO e CRUZ (1986), o debate crítico à sociologia convencional pode ser alinhado em três frentes:

1) da definição: o que é que se entende por "rural"; 2) da teoria: a sociologia rural é ou não atórica?; 3) a existência ou não de um "mundo rural". A relação das diferenças entre o rural e o urbano, dada por Sorokin *et alii*, sob o qual muitos sociólogos rurais basearam suas interpretações, pretensamente tentou firmar o "rural" como uma categoria sociológica.

NEWBY (1983), entre outros, vai referir-se àquela relação como um mero conjunto de generalizações empíricas sobre as características da população rural, ou seja, o "rural" é uma categoria empiricamente descritiva, sem uma significância sociológica *per se*, uma expressão geográfica em última instância. O rural não pode ser definido sociologicamente, pois não existe nenhuma causa necessária de ligação entre o espaço rural e a vida social. A

relação entre o espacial e o sociológico deve ser construída, tendo como vetor este último (GILBERT,1982).

A discussão da ateoricidade da sociologia rural advém do caráter funcionalista, indutivo, quantitativo e aplicado que a norteou desde a sua origem. Quando a dualidade do rural/ urbano começou a declinar em poder explicativo da realidade, muitos sociólogos rurais conjugaram esforços para reverter aquele quadro incrementando o caráter científico das abordagens, enfatizando o rigor metodológico. Porém, dados nada significam se não se desenvolve uma estrutura conceitual aonde se possa contextualizá-los e interpretá-los (FALK e ZHAO, 1990). Existe a necessidade de uma teoria geral da sociedade, um arcabouço sociológico com o qual ligar o objeto de estudo focado no espaço rural.

Assim, MARTINS (1986), vai explicar a dicotomia do rural/urbano através de Durkheim, pelo desdobramento de uma ambigüidade de origem da sociologia, qual seja, a combinação da noção de coisa aplicada à realidade (o cientificismo coisificador de procedência capitalista) com a concepção de sociedade em torno da premissa de solidariedade (noção de procedência pré-capitalista). Deste modo: "*a perspectiva pré-capitalista é incorporada e redefinida como instrumento de reprodução institucional da sociedade capitalista.*" (MARTINS,1986, p.22). Sua hipótese básica é de que a dicotomia é um desdobramento da mencionada ambigüidade de origem da sociologia: "*de modo que em cada termo da dicotomia não haja ambigüidade e que na interpretação da vida social o mundo é que pareça ambíguo.*" (MARTINS,1986, p.23). Afirmando a necessidade de se produzir uma explicação histórica e totalizadora para os descompassos entre a cidade e o campo, na cidade e no campo, MARTINS (1986) coloca que:

"o suposto empirismo e os supostos compromissos extra-científicos da sociologia rural não advêm da sua falta de fundamentação teórica, mas, muito ao contrário, provêm

exatamente do tipo de fundamentação teórica que vem sendo analisado." (p.31)

Esta, ao conceber o mundo rural como um social qualitativamente diferente do urbano, tem ideologicamente uma visão de mundo que busca legitimar a intervenção no rural e a hegemonia do urbano sobre ele.

Já as controvérsias sobre a existência, nos tempos atuais, de um "mundo rural", dizem respeito aos:

"fenômenos recentes e de origens variadas como as mudanças demográficas do século XX, as formas de subordinação da agricultura à indústria, que tendem a aumentar a integração dos setores rurais e urbanos e ao mesmo tempo propor a convergência do "rural" para o "urbano" caminhando-se para a idéia de "aldeia global" (TOURINHO e CRUZ, 1986, p.256).

Os movimentos migratórios de retorno às áreas rurais nos países de economia desenvolvida e os trabalhadores volantes na agricultura(bóias-frias) em países de economia pouco desenvolvida, são exemplos de temas que suscitam a polêmica sobre as arbitrariedades na definição de um suposto "mundo rural".

NEWBY (1982) coloca que a confusão que tem rodeado o estudo do espaço agrário tem produzido uma superficialidade e uma falta de enfoques lamentáveis. A história da disciplina de sociologia rural tem estado entorpecida pela busca, fútil em última instância, de uma definição sociológica para o "rural". MARTINS (1986) alerta, no entanto, que o rural não é uma ficção ou uma mistificação, mas deve ser entendido como o: "*produto necessário de um modo de construir a realidade social.*"(p.36). O conceito de rural como um termo essencialmente descritivo e empírico não é capaz de comportar o caráter explicativo que o entendimento sobre a realidade agrária exige. O fazer sociológico da abordagem tradicional, pautado no trabalho de catalogar as diversas diferenças

demográficas, econômicas e sociais entre os habitantes rurais e os urbanos não incorpora a história, carecendo também de um corpo teórico geral, capaz de vincular a dimensão espacial com o social, já que a divisão da sociedade em dois setores, rural e urbano, é simplesmente a expressão espacial da divisão do trabalho entre a agricultura e a indústria (NEWBY, 1982). E, sob este aspecto, conforme as palavras de MARTINS (1986), o rural: "*é um ponto de partida, mas não pode ser, ao mesmo tempo, o ponto de chegada*" (p.37).

A BUSCA DE NOVAS ABORDAGENS PARA UMA NOVA SOCIOLOGIA DO RURAL

Em meio a essa efervescente discussão em torno da natureza e conceitualizações da sociologia rural, surgiram propostas para a revitalização da disciplina através de mudanças no seu foco de estudo e/ou, também, de abandono do termo "rural" para um outro mais identificado com a contemporaneidade dos acontecimentos sociais da vida no campo.

TAVARES DOS SANTOS (1991), por exemplo, vai sugerir a problematização da realidade agrária em outros termos, ou seja, a construção de uma "Sociologia dos processos sociais agrários", abandonando o rural enquanto conceito sociológico, pois este se constitui apenas de objetos reais: "*imediatamente empíricos ou históricos, mas não é uma categoria suficiente para constituir objetos científicos*" (p.15). O abandono de uma óptica de regularidade de sucessão ou de uma linearidade nos processos históricos, apegando-se ao desenvolvimento de um movimento teórico marcado pela multiplicidade de pontos de vista interpretativos, pela combinação de instrumentais conceituais distintos e pela construção de noções aplicadas à explicação de determinados objetos, é um passo que a análise dos processos sociais agrários pretende dar na superação de obstáculos

epistemológicos que toldam a construção de uma abordagem sociológica não-funcionalista. A partir da reconstrução de um espaço social de relações, que resgate um pensamento relacional que as classes e grupos sociais travam entre si e com as estruturas sócio-econômicas e político-ideológicas nas quais estão posicionadas, esta nova abordagem sociológica significa, em termos epistemológicos:

"adotar uma visão complexa da realidade social, tanto mais necessária quando se trata de análises específicas de conjunturas históricas particulares, e em espaços nos quais as formas sociais de vida e de produção estão em processo de transformação" (TAVARES DOS SANTOS, 1991, p.41).

O almejado neste raciocínio é a indicação de um processo formativo de um padrão de trabalho científico na coletividade de sociólogos que pesquisam os processos sociais agrários, padrão que tenha como postulado o pluralismo teórico-metodológico e o embate das diferenças como processo de formação de verdades aproximadas. A "Sociologia dos processos sociais agrários", ainda em gestação, propõe a reflexão coletiva em torno de um conjunto de "idéias-elementos", ou seja: *"idéias que constituem internamente um modo de abordagem da realidade ou uma perspectiva sociológica"* (TAVARES DOS SANTOS, 1991, p.45), e que devem ser consideradas na construção de uma abordagem sociológica contemporânea do rural: a construção do objeto científico (passagem do problema social para o problema sociológico), a complexidade, a diversidade, a multidimensionalidade e a interdisciplinaridade.

Já GILBERT (1982), atenta para a construção de uma "teoria rural" que fundamente a sociologia rural. Esta teoria deve suprir duas exigências: 1) ser parte de uma teoria geral do social e 2) incluir uma teoria sociológica do espaço (ver também NEWBY, 1983). Também colocando que a visão de rural e urbano é uma expressão espacial da divisão social do

trabalho, GILBERT (1982), propõe constituir como objetos de estudo da sociologia rural o "modo de produção primário" e as desigualdades de desenvolvimentos regionais. Segundo GILBERT (1982), o modo de produção é o mediador e o limitador das variadas formas espaciais e culturais de uma sociedade, sendo contemporaneamente o modo de produção capitalista quem molda as muitas relações entre o espaço social e as formas culturais. O modo de produção primário constitui-se do trabalho na produção primária, ou seja, as relações sociais mediadas pela natureza (agricultura, pesca, mineração, extrativismo vegetal, etc), que diferenciam-se de outros processos industriais da produção capitalista. Estas atividades dependem da terra como único fator de produção e têm íntimas ligações com corporações urbanas (GILBERT, 1982).

Outra vertente que tenta revitalizar o campo de pesquisa da sociologia rural é aquela agendada pela sociologia da agricultura. A proposta deste novo campo é analisar o processo de produção agrícola e os fenômenos com ela relacionados: relações de produção, mão-de-obra agrícola, o associativismo a ela vinculado bem como aos produtores não diretos, a organização social da produção agrícola e o sistema de classes sociais (cf. TOURINHO e CRUZ, 1986; NEWBY, 1983; FRIEDLAND, 1982). A sociologia da agricultura se coloca como a sociologia da mais importante atividade econômica realizada no espaço convencionado como rural, preocupando-se com o estudo da agricultura como atividade econômica e ocupacional primordial. TOURINHO e CRUZ (1986), identificam dois enfoques diversos na sociologia da agricultura: o institucional-espacial de Newby e o organizacional de Friedland. NEWBY (1983), relaciona como maiores linhas temáticas para a sociologia da agricultura o sistema de posse e uso da terra, a integração vertical e a subordinação da agricultura comercial, além da direção das relações de produção. FRIEDLAND (1982), coloca a sociologia da agricultura preocupada

com o sistema global de produção, processamento e distribuição, e não simplesmente com o cultivo. O processo de trabalho como produto da organização social dos produtores e das organizações formais, do recrutamento e organização da mão-de-obra, das técnicas de produção e do desenvolvimento científico e tecnológico. Estes consistiriam os objetos a serem abordados pela sociologia da agricultura, segundo FRIEDLAND (1982).

A agenda dos “estudos sobre o campesinato” também constitui-se de uma fonte prolífica para novos enfoques sobre o rural. Conjugando uma diversidade de metas, diferentes perspectivas disciplinares e diversos sistemas sociais, esses estudos, segundo SHANIN (1990), tratam de quatro grandes questões: 1) o não desaparecimento do campesinato; 2) as particularidades das respostas dos camponeses à economia de mercado e às políticas agrícolas do Estado; 3) o poder camponês no confronto com as políticas do Estado e os ditados do mercado; 4) a reprodução social e a funcionalidade do campesinato como um sistema particular dentro do qual muitos seres humanos contemporâneos vivem. SHANIN (1990), acredita numa tendência de expansão do foco de estudos camponeses, refletindo crescentes interdependências dentro da sociedade global, bem como da lógica interna dos paradigmas analíticos.

Já NEVES (1984), vai propor um processo analítico-conceitual alternativo para o fenômeno da diferenciação sócio-econômica do campesinato. Visando o rompimento com os riscos de reificação de noções como campesinato, estratos de camponeses, diferenciação social, políticas agrícolas, Estado, etc, bem como manter a noção de diferenciação social como um processo em construção, NEVES (1984), sugere que o estudo sobre produtores agrícolas se paute na análise das relações sociais, permitindo, assim, a compreensão e construção do jogo de forças sociais em que os produtores agrícolas são agentes. Deste modo, a perspectiva que se vislumbra é a de se considerar a conjuntura não como: "um

quadro de forças sociais que se impõe, mas construída a partir dos agentes em suas relações reais e não supostas" (NEVES, 1984, p.17). Assim, sua preocupação é pensar a diferenciação como processo em construção, como expressão de ações sociais e não como efeito de fatores externos ao campesinato, sugerindo que o estudo sobre os produtores agrícolas incida sobre o indivíduo e o sistema de relações sociais nos quais estejam inseridos como participantes. Para tal, deve se considerar o campo de forças sociais onde os agricultores são agentes e relacionam-se com sistemas de relações sociais em suas trajetórias, e: "*as unidades de produção podem ser compreendidas como um dos meios de que eles dispõem... para participar no sistema de relações sociais*" (NEVES, 1984, p.18). Com essa proposta metodológica de centrar a análise sobre os sistemas de relações sociais construídos e partilhados pelos agentes sociais, NEVES (1984) afirma ser possível superar as atribuições reificadas de comportamentos a determinados estratos ou a determinadas posições sociais e entender as discontinuidades das práticas e respostas comportamentais: "*conforme as formas diversas de afiliação e inserção, que podem gerar atitudes aparentemente contraditórias ou ambíguas*" (p.18).

Em outra vertente, MARTINS (1989), ao refletir sobre as classes e lutas sociais, trata da noção de *subalternidade*, a qual expressa não apenas a exploração, mas também a dominação e exclusão econômica e política. Esta noção abre uma diversidade de situações históricas, culturais e políticas que possibilitam o entendimento da diversificação de concepções, motivos, pontos-de-vista e esperanças no interior dos diferentes grupos subalternos no campo e na sociedade global. Segundo MARTINS (1989), a categoria de "subalterno" é mais intensa e expressiva que a simples categoria de trabalhador, e esse fato obriga-nos a considerar que as lutas dos diferentes grupos e classes subalternos levam a diferentes resultados históricos, porque desvelam contradições orgânicas que não são

apenas contradições principais do desenvolvimento do capital, o antagonismo operariado-burguesia. Há uma diversificação "interna" das classes subalternas e o discurso que unifique retoricamente esta diversificação não produz a unidade e a força reais dessas classes sociais, mas, ao contrário, mistifica-as e empobrece a interpretação de sua realidade. Segundo este autor, há uma crise de interpretação que se manifesta na necessidade histórica de uma mudança de perspectiva, a qual significa reconhecer como sujeitos da história e do conhecimento os grupos e classes subalternos. Para MARTINS (1989), o fato de que a cultura popular e as relações sociais 'arcaicas' continuam presas a esquemas de fundo iluminista, os quais não expressam o ponto-de-vista das próprias classes subalternas, é o determinante no impedimento do estudo e compreensão dos seus dinamismos e movimentos. Em seu raciocínio, as novas forças sociais que questionam a ordem e o saber estão basicamente nos movimentos sociais e nas organizações populares. Há uma alternativa de ordem política contida enquanto horizonte de possibilidades nos movimentos sociais das classes subalternas, renunciando uma nova concepção de democracia, legitimidade social e cidadania. MARTINS (1989), coloca que: "*a crise atual não é crise dos grupos subalternos, mas dos grupos de mediação, grupos de apoio intelectual às lutas populares*" (p.134), e se o conhecimento científico não resgatar o conhecimento popular, não mudar sua perspectiva, reconhecendo como sujeitos da história e do conhecimento os grupos e classes subalternas, esta ciência:

"cairá necessariamente no ponto de vista do outro, isto é, do objeto constituído pelo próprio processo histórico ao estabelecer o divórcio entre o sujeito e o objeto, o produtor e o produto, em nome da suposta universalidade do outro, do "mais avançado", sem considerar que a universalidade está na superação de ambos" (p.114).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guinada que a sociologia rural contemporânea tem procurado dar, a fim de sair do marasmo e da esterilidade em que estava confinada pela prática funcionalista, buscando o revigoramento da disciplina através de novas abordagens e posturas teórico-metodológicas, deve ser visto como um processo positivo, que possibilita realmente a esse ramo das ciências sociais frutificar em contribuições mais concretas ao perseguir a finalidade da ciência, conforme a noção de Brecht, ou seja, aliviar os percalços da existência humana.

As vertentes que buscam novas abordagens para o rural, relacionadas neste trabalho, não esgotam a agenda possível para a sociologia rural na atualidade. Essa relação apenas intenta dar um exemplo dos esforços de sociólogos contemporâneos em trabalhar enfoques diversos daqueles já estabelecidos e estereotipados pela sociologia rural convencional. Temas como a ecologia, as organizações formais e informais da agricultura, as feiras de produtos agrícolas nas cidades, etc, também são fontes prolíficas para a pesquisa sociológica e em condições de figurarem na agenda de uma sociologia contemporânea do rural. Este momento de reflexão em torno de seu objeto de estudo certamente proporcionará à sociologia rural um salto qualitativo em sua capacidade de responder aos anseios humanos nas problemáticas que surgem cada vez mais complexas no mundo moderno. A renovação do estatuto científico da sociologia em suas novas abordagens deve contribuir efetivamente para um processo transformador do mundo, pois, como escreveu Marx na crítica da filosofia do direito de Hegel, toda crítica deve desfolhar as flores imaginárias que encobrem as correntes, não para que o homem carregue a cadeia desoladora e prosaica, mas para que ele rejeite as correntes e colha a flor viva.

BIBLIOGRAFIA

- FALK, W. W. e ZHAO, S. "Paradigms, theories, and methods revisited: we respond to our critics". IN: Rural Sociology, Lexington, 1990, 55(1), pp. 112-122.
- FRIEDLAND, W. H. "The end of rural society and the future of rural sociology". IN: Rural sociology, Lexington, 1982, 47(4), pp.589-608.
- GILBERT, J. "Rural theory: the grounding of rural sociology". IN: Rural sociology, *op cit.* pp.609-633.
- MARTINS, J. S. Introdução crítica à sociologia rural. S. Paulo, Hucitec, 2.ed., 1986.
- . Caminhada no chão da noite. S. Paulo, Hucitec, 1989.
- NEVES, D. P. "The sociology of agriculture: toward a new rural sociology". IN: Annual review of sociology, Palo Alto, 1983, 9:67-81.
- . "Diferenciação sócio-econômica do campesinato". IN: ANPOCS, 8º. encontro anual, Águas de S. Pedro, 1984.
- NEWBY, H. "El desafío de la sociología rural en la actualidad". IN: Comercio exterior. México, 1982, 32(4), pp.347-356.
- QUEIROZ, M. I. P. "Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros". IN: BLAY, E.A. A luta pelo espaço, Petrópolis, Vozes, 1978.
- SHANIN, T. Defining peasants, Oxford, Basil Blackwell, 1990.
- SIMS, N. I. R. Elements of sociology. New York, Thomas Crowell, 1947.
- SOROKIN, P.; ZIMERMANN, C.; GALPIN, C. J. A systematic source book in rural sociology. The University of Minnesota, Minneapolis, 1930, Vol. I.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. "Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários". IN: Ciências sociais hoje. S. Paulo, Vértice/ANPOCS, 1991.

TOURINHO, M. M. e CRUZ, L. "Sociologia da agricultura: um novo enfoque para a sociologia rural?". IN: Revista de economia rural, Brasília, SOBER, Abr/Jun 1986, 24(2), pp.251-266.